

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal da Indí

Class.: Áreas de Conservação

Data: 16 de setembro de 1988

Pg.: 08

Fernando de Noronha, agora parque marinho.

Após dez anos de incessantes recomendações de organismos nacionais e internacionais de meio ambiente, o governo brasileiro decretou ontem a criação do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha. Assim, o arquipélago, a 345 quilômetros da costa brasileira, continuará sob a guarda federal, mesmo estando prestes a ser anexado ao Estado de Pernambuco.

O presidente José Sarney resolveu assinar o decreto, depois de uma longa batalha de bastidores, envolvendo o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), a Embrapa e os interesses políticos do governador do território, Fernando César Mesquita. O governador empenhou-se junto a Sarney, seu amigo, pela criação do parque, quando conseguiu um consenso entre os órgãos ambientalistas e perdeu o território na Constituinte.

Embora tenha sido o principal responsável pela criação do parque, César Mesquita foi pego de surpresa. "Combinei com o Ronaldo Costa Couto (ministro-chefe do Gabinete Civil) que o decreto só seria liberado após uma última revisão do deputado Fábio Feldmann", comentou. Mesmo assim, comemorou. Não só porque "vingou-se" de Pernambuco, mas porque tem demonstrado real interesse em preservar o meio ambiente de Noronha. Mesquita promoveu na ilha uma série de obras há muitos anos necessárias, como a construção de novas habitações, o melhoramento do sistema de água potável, a estrada ligando os dois portos de Noronha.

Agora Sarney quer que Fernando César assuma a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), porém, ainda faltam alguns acertos: "Preciso ter certeza de que a Sema terá recursos e condições de fazer cumprir a Constituição", disse ele ontem, defendendo o final da briga entre os órgãos ambientalistas. "O IBDF deve cuidar só da parte de desenvolvimento florestal. A Sema deve ser a responsável pela preservação", preconizou Mesquita, que assim ficaria responsável pelo Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.

Mesquita voltará a conversar com o presidente sobre a questão, antes de decidir se aceita o novo cargo. Enquanto isso, trava a batalha da "vingança final", como definem assessores de Sarney: os recursos do fundo de participação dos Estados e municípios, que originalmente foram destinados pela Constituinte para o território, deverão ser administrados pelo Ministério do Interior, para a conclusão das obras do governo de Fernando César.

Outra atitude que Mesquita havia tomado para atrapalhar a vida do governo de Pernambuco: nesta semana, ele publicou edital de licitação nos jornais de Recife para tomada de preços, a fim de arrendar as instalações do hotel Pousada Esmeralda, que possui 50 apartamentos com capacidade para até 120 leitos, além do Clube de Pico, de um veleiro e uma lancha de passeio. A idéia de Fernando César era de arrendar o hotel a 100 ilhéus, mas, por questões burocráticas — e falta de tempo, já que ele deixa de ter poderes sobre a ilha no próximo dia cinco — um grupo de cinco pessoas é que deverá arrendar a pousada, ampliando posteriormente a sociedade para os 100 moradores de Fernando de Noronha. Segundo o secretário de imprensa Ricardo Leitão, o governo Arraes está analisando se cabe algum tipo de procedimento jurídico em relação à licitação.

O Parque

O Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha engloba uma área de 9.300 hectares — 10% de área terrestre e 90% de área marinha —, e tem o objetivo de preservar a fauna, a flora e demais recursos naturais do território. Segundo o decreto, serão proporcionadas "oportunidades controladas para visitação, educação e pesquisa científica, contribuindo para a proteção de sítios e estruturas de interesse histórico-cultural porventura existentes na área".

Ficou fora dos limites do parque apenas a área da ilha atualmente habitada, onde localiza-se a vila dos Remédios, o Buraco da Raquel, o aeroporto e os portos, e onde desenvolve-se uma limitada agricultura. Até a sede do governo César Mesquita foi englobada pelo decreto.